

CONCEITOS E PRINCÍPIOS GEOGRÁFICOS: ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Daniel Rodrigues Silva Luz Neto¹, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6326-4906>

¹ Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF, Brasil^{1*}

Artigo recebido em 31/08/2022 e aceito em 16/03/2023

RESUMO

O objetivo do trabalho é discutir elementos teórico-metodológicos para o desenvolvimento e a mobilização do pensamento geográfico dos estudantes na Educação Básica. Para tanto, apropria-se da abordagem qualitativa como direcionamento de discussão teórica para a produção dos resultados da pesquisa. Desse modo, realizou-se pesquisa bibliográfica sobre pensamento geográfico, conceitos e princípios lógicos. A pesquisa está articulada em três eixos centrais: pensamento geográfico na Educação Básica, conceitos e princípios geográficos. Os resultados evidenciaram que os conceitos e princípios geográficos são elementos constituintes do pensamento geográfico a ser desenvolvido e mobilizado pelos estudantes na Educação Básica. Portanto, tais conceitos e princípios lógicos são indicados como orientadores para o processo de ensino e aprendizagem em Geografia na Educação Básica.

Palavras-chave: Pensamento geográfico; conceitos; princípios lógicos; ensino de Geografia.

GEOGRAPHICAL CONCEPTS AND PRINCIPLES: THEORETICAL- METHODOLOGICAL ELEMENTS FOR TEACHING GEOGRAPHY IN BASIC EDUCATION

ABSTRACT

The objective of this work is to discuss theoretical and methodological elements for the development and mobilization of students' geographic thinking in Basic Education. Therefore, it appropriates the qualitative approach as a theoretical discussion direction for the production of research results. Thus, a bibliographical research was carried out on geographic thought, concepts and logical principles. The research is articulated in three central axes: geographic thinking in Basic Education, geographic concepts and principles. The results showed that geographic concepts and principles are constituent elements of geographic thinking to be

* Professor substituto no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB). Doutor e mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB), Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: danieltabuleiro1@gmail.com

developed and mobilized by students in Basic Education. Therefore, such concepts and logical principles are indicated as guides for the teaching and learning process in Geography in Basic Education.

Keywords: Geographical thinking, concepts, logical principles, teaching Geography.

CONCEPTOS Y PRINCIPIOS GEOGRÁFICOS: ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA EN LA EDUCACIÓN BÁSICA

Resumen

El objetivo de este trabajo es discutir elementos teóricos y metodológicos para el desarrollo y movilización del pensamiento geográfico de los estudiantes de Educación Básica. Por lo tanto, se apropia del enfoque cualitativo como dirección de discusión teórica para la producción de resultados de investigación. Así, se realizó una investigación bibliográfica sobre pensamiento geográfico, conceptos y principios lógicos. La investigación se articula en tres ejes centrales: pensamiento geográfico en Educación Básica, conceptos y principios geográficos. Los resultados mostraron que los conceptos y principios geográficos son elementos constitutivos del pensamiento geográfico a ser desarrollados y movilizados por los estudiantes de Educación Básica. Por tanto, dichos conceptos y principios lógicos se señalan como guías para el proceso de enseñanza y aprendizaje de la Geografía en la Educación Básica.

Palabras clave: Pensamiento geográfico; conceptos; principios lógicos; enseñanza de la Geografía.

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo tem se apresentado cada vez mais complexo, tanto para compreensão quanto para atuar sobre ele. Sendo assim, a interpretação de forma crítico-reflexiva nesse contexto pode ser ampliada com a aquisição e a mobilização de elementos conceituais. Desse modo, o ensino Geografia na Educação Básica é um conhecimento poderoso que pode contribuir por meio de seus conceitos – espaço, território, lugar, paisagem, região, entre outros – e princípios lógicos – localização, delimitação, escala, rede, descrição, conexão, entre outros - para a análise geográfica dessa realidade.

O presente objeto de pesquisa – elementos teórico-metodológicos estruturantes do pensamento geográfico para a Educação Básica – insere-se na área de pesquisa da Geografia Escolar, que se preocupa com o entendimento dos processos de ensino/aprendizagem, seja na Educação Básica, seja no Ensino Superior. Como componente disciplinar curricular da Educação Básica, sua função geral é propiciar condições para desenvolver o pensamento geográfico dos estudantes a fim de realizar análises geográficas da realidade em seu viés espacial (CAVALCANTI, 2013b, 2019, 2021).

A composição da Educação Básica é sistematizada em três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (BRASIL, 2017). Nessa organização curricular, a Geografia contribui

para desenvolver as capacidades mentais dos estudantes pela apropriação e mobilização do pensamento geográfico. Para tanto, as ações didático-pedagógicas do professor de Geografia devem ser direcionadas para a aquisição e o estímulo à mobilização de elementos do pensamento geográfico, conceitos, princípios e categorias, como elementos teórico-metodológicos potentes para mediar a interpretação da realidade pelos sujeitos.

Entende-se que esses elementos são instrumentos do pensamento geográfico que mediam a análise geográfica. Essa compreensão é construída em diálogo com a psicologia histórico-cultural, em especial, na concepção de Vygotsky. Sendo assim, parte-se da compreensão de que a relação com o mundo se dá por atividades mediadas, seja por instrumentos materiais (um machado, carro) ou por instrumentos simbólicos (conceitos, linguagens, ideias). Embora Vygotsky (2007) reconheça diferenças fundamentais entre esses elementos, ele os considera como instrumentos em virtude da função mediadora que os caracteriza.

Segundo o autor, os conceitos são os instrumentos simbólicos mediadores que criam maiores possibilidades para as atividades psicológicas humanas do que as operações mentais não mediadas com esses signos, como as atividades praticadas pelos macacos, a título de exemplificação. Nesse sentido, defende-se a mobilização de elementos estruturantes do pensamento geográfico, conceitos e princípios lógicos, como potentes instrumentos simbólicos para a interpretação das práticas espaciais de maneira crítico-reflexiva e propositiva.

Este trabalho está relacionado à experiência deste professor-pesquisador de Geografia diante da atuação na Educação Básica desde o ano de 2009 e da participação em grupos de pesquisas e em eventos acadêmicos desde 2016. Situações pelas quais levaram-no a refletir e a indagar sobre a potencialidade da mobilização dos conceitos e princípios lógicos da Geografia para a interpretação da espacialidade na realidade.

Isso tudo o levou a produzir uma tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília em maio de 2022 e que o presente trabalho é uma ação de divulgação de partes dos resultados dessa pesquisa de doutorado². Essa parte específica da tese que serviu como um dos eixos estruturantes tem como norte o seguinte questionamento: que elementos teóricos são estruturais para o desenvolvimento do pensamento geográfico dos estudantes na Educação Básica?

² Acesso a tese: <https://www.repositorio.unb.br/handle/10482/44548/statistics>. Acesso em 14 mar. 2023.

Para responder à questão problematizadora, este trabalho objetiva-se discutir elementos teórico-metodológicos para desenvolver-estimular a mobilização do pensamento geográfico dos estudantes na Educação Básica. Para cumprir esse objetivo, apropriou-se da abordagem qualitativa na produção dos resultados realizados via discussão teórica.

O Trabalho encontra-se organizado em três partes. Na primeira parte, discute-se princípios da Geografia constituinte do pensamento geográfico; na segunda parte, discute-se conceitos geográficos constituintes do pensamento geográfico; na terceira parte, considerações finais.

PRINCÍPIOS DA GEOGRAFIA: ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS ESTRUTURANTES DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

O presente tópico tem como objetivo apresentar princípios lógicos geográficos como elementos teórico-metodológicos estruturantes do pensamento geográfico fundamentados na classificação de Moreira (2015a), como: localização, distribuição, rede, conexão, extensão, delimitação e escala.

Alguns desses elementos do pensamento geográfico podem ser apropriados por outras ciências, no entanto, o que os diferencia é a ontologia na dimensão epistêmica da ciência geográfica. Por isso, tais elementos selecionados para o compor este trabalho são atribuídos à adjetivação geográfica. Além disso, por questão de espaço para discutir a classificação mencionada acima, serão apresentadas três amostras para representar a coleta e discussão dos resultados.

• O princípio da localização geográfica: elemento do pensamento geográfico

A Geografia enquanto fundamento analítico da dimensão espacial da realidade é importante para a interpretação e atuação do homem por meio da instrumentalização simbólica, porque ela pode oportunizar processos cognitivos complexos para a resolução de situações-problema e, principalmente, para promover ações espaciais que busquem a justiça socioespacial.

Uma das primeiras ordens da existência humana emerge quando se faz a pergunta: onde? (MARTINS, 2016). Para o autor, a partir dessa questão geográfica pode-se afirmar que as localizações das coisas são decorrentes de motivos e não são fruto de um mero acaso. Assim, entende-se que as práticas socioespaciais ocorrem em virtude de algum acontecimento que motive os atores sociais, como os ribeirinhos, por exemplo, a procurar ficar próximo dos rios, seja essa proximidade para obtenção do líquido para beber ou para coletar alimentos (peixe, frutos).

O princípio da localização geográfica se refere à identificação do local onde as coisas estão espacializadas na realidade. Segundo Claval (2015), as habilidades geográficas empregadas nas atividades humanas são usadas de forma implícita. Nesse sentido, o autor apresenta dois exemplos da mobilização do princípio da localização, um pelo madeireiro e outro pelo industrial.

O primeiro caso mobiliza para escolher a madeira por meio dos raciocínios sobre o tipo de espécie, a qualidade e de que forma poderá fazer o corte. No segundo caso, o industrial opera com esse instrumento quando considera fatores locacionais. No caso, ele cita um exemplo de um industrial que escolheu um local para instalar sua indústria próximo à queda d'água.

Na concepção de Gomes (2017), o princípio da localização garante a observação da diversidade espacial, pois as coisas que se apresentam juntas em um determinado lugar são diferentes em relação às outras. Dessa forma, um ponto A que contempla um conjunto de elementos sociais e físico-naturais em uma determinada localização geográfica se difere do ponto B, o qual também contempla um conjunto de particularidades, sejam sociais ou físico-naturais. Logo, entende-se que o ponto A e o B formam a totalidade em movimento, mas eles são diferentes e têm suas próprias particularidades geográficas.

Na perspectiva de Moreira (2001), as práticas espaciais têm como princípio básico a localização geográfica, pois garante caráter geográfico à construção geográfica da sociedade. Para o autor, uma das primeiras fases de construção é feita pela localização, que leva a outros fenômenos geográficos, como a distribuição, a extensão, entre outros.

Moreira (2019) cita um exemplo da força da localização geográfica sobre os fenômenos espaciais. Ele cita a importância da localização da hulha (tipo de carvão) no contexto da revolução industrial no Século XVIII, que se tornou um combustível essencial para a produção do ferro na época da máquina a vapor. Assim, a hulha exerceu uma atração locacional entre os homens, pois ela foi um combustível central nesse processo da primeira revolução industrial.

Assim, defende-se a mobilização do princípio da localização como um instrumento simbólico que potencializa os processos cognitivos de interpretar a realidade geograficamente por meio da atividade intelectual da noção de onde e seus respectivos desdobramentos de compreensão da organização geográfica da sociedade.

- **Escala geográfica: elemento do pensamento geográfico**

Uma das primeiras questões para se discutir o conceito de escala geográfica é diferenciá-la da escala cartográfica. Para Souza (2015), a escala cartográfica consiste na relação matemática entre as

dimensões espaciais de um determinado objeto e sua representação gráfica, mapa, planta e desenho. Assim, a escala cartográfica seria a relação de representação no mapa dividido pelo tamanho real ($E = D - \text{representado} / d - \text{real}$).

Conforme Souza (2015), mobilizar a escala geográfica é subdividir a escala do fenômeno (sua abrangência no mundo – tamanho de um país, extensão de um rio, tamanho de um município) em escala de análise. Essa concepção de escala geográfica como instrumento de análise trata-se da abrangência do fenômeno geográfico, seu tamanho e extensão espacial, que culmina em um instrumento que pode ser mobilizado para a análise em diversas escalas.

Para o autor, a escala geográfica e seus termos mais familiares mobilizados pelos pesquisadores têm sido de local, regional, nacional, internacional e global. Por outro lado, a mobilização desses indicadores da escala geográfica, de acordo com o autor, deve ser inserida em uma estrutura de análise que considere os aspectos histórico-geográficos de interações sociais, não são termos desconexos da realidade (SOUZA, 2015).

Souza (2015) discorre sobre os principais indicadores da mobilização do elemento escala geográfica dos quais destacam-se alguns. Esses aspectos serão apresentados, a seguir, em sequência de argumentação em concordância com o autor, mas esses aspectos são sistêmicos e híbridos.

Primeiro, a escala local refere-se a recortes espaciais que expressam a possibilidade de trazê-los para uma vivência mais intensa com o pessoal. Possibilidade essa de trazer a concepção de uma formação identificada e localizada, como uma aldeia, uma cidade; vínculos de níveis mais básicos como a administração – exemplo municipal; maior proximidade física dos cidadãos ou possibilidade de participação mais direta dos cidadãos.

Em segundo lugar, a escala regional refere-se a uma moldura indireta do âmbito local com um grau importante de processos, que muitas vezes coincide, como um território político-administrativo com unidade de governo estadual (Estado, província). Ela representa um espaço vivido, constitutivo de densidade simbólica. Assim, pode-se citar a região Nordeste, que tem todo o aspecto particular dos Estados que a compõem ao se referenciar o tipo de música forró, por exemplo. Logo, há toda uma representação simbólica relacionada a essa manifestação cultural.

Em terceiro lugar, a escala nacional refere-se àquela ocupada pelo Estado com reconhecimento de soberania ou também na perspectiva de Estado-nação (SOUZA, 2015). Com relação à relativização que se deve ter nessa perspectiva de Estado, pode-se citar o caso da Palestina, que ainda disputa território para se estabelecer como Estado-nação em pleno Século XXI.

Em quarto lugar, a escala global é aquela que abrange todo o mundo. Ela representa o fenômeno de ordem que extrapola as práticas espaciais locais, regionais e nacionais (SOUZA, 2015). Como o modo de organização social contemporaneidade é o capitalista, concorda-se com o autor que a escala global diz respeito ao nível da dinâmica do sistema capitalista (globalização). Essa dinâmica interfere nas dinâmicas das outras escalas, em menor ou maior grau.

Nesse contexto, os atores hegemônicos que orientam tal dinâmica são, sobretudo, os organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), grandes empresas multinacionais, capital financeiro, entre outros. Esses orientam, coordenam políticas econômicas, sociais, culturais, entre outros. Souza (2015) reforça a importância da escala, pois elas existem e é preciso exercitar os raciocínios escalares.

Concorda-se com a concepção de Souza (2015) a respeito da escala geográfica como instrumento de análise, o que se pode chamar de instrumento simbólico, pois as dimensões hierárquicas existem. Basta pensar qual é o impacto dos direcionamentos de políticas públicas por instituições internacionais, como o Banco Mundial, e como isso pode implicar na escala geográfica local. Sem dúvida, não há como negar tais influências, principalmente em um contexto de globalização capitalista contemporânea, que busca cada vez mais espaços para sua produção e reprodução em diferentes escalas.

Segundo Castro (2012), a escala geográfica é um instrumento analítico, é um princípio polissêmico na Geografia, que tanto pode ter significado de fração do espaço como de tamanho do espaço. A autora defende a ideia de que a escala é uma estratégia de apreensão da realidade como forma de representação, e por meio dela pode-se operar como forma de mediador perante os territórios.

Assim, para Castro (2012), a escala geográfica tem um papel de mediadora entre a unidade observada e o atributo que se dá a ela. Mais uma vez, aparece o indicador da mediação, um mediador simbólico, que permite a apreensão da realidade. Castro (2012) ainda acrescenta outras possibilidades da escala, a qual se defende na presente pesquisa, quando afirma que escala é uma projeção do real, é a escolha de uma maneira de dividir o espaço, de se definir uma realidade dando-lhes uma representação (local, regional, nacional, global). Ela introduz um conjunto de relações entre fenômenos de amplitudes e natureza diversas.

Segundo Corrêa (2007), na escala geográfica existem várias acepções, entre elas, a de domínio conceitual. Isso significa a ideia de que os objetos e ações são processos específicos, peculiares em uma determinada escala. Assim, compreende-se que operar com esse instrumento do pensamento

geográfico é estabelecer uma atividade semiótica na relação entre as unidades espaciais escolhidas para uma determinada análise: local, regional, nacional e global.

- **Conexão geográfica: elemento do pensamento geográfico**

Na perspectiva de Gomes (2017), entende-se o princípio da conexão como uma relação interconectada de todos os fenômenos ao se incluir os concebidos como naturais e humanos. Essa conexão ocorre sob a forma de sistemas, em que as partes funcionam em conjunto, inter-relacionando-as com o global.

Moreira (2019) defende o princípio da conexão na perspectiva de que tudo deve ser visto por meio da interligação. Um único fato só tem valor para si mesmo, que ganha plena significação, quando é posto em encadeamento de ações recíprocas. O homem só pode ser entendido quando compreendido dentro do quadro em uma dinâmica de seu meio interligado com o mundo (social-natural).

O princípio da conexão é relevante para compreender que a organização geográfica da sociedade se dá nos espaços específicos em grau de complexidade crescente. Sendo suas ações direcionadas para atender às necessidades vitais, como moradia, alimentação, vestuário, entre outros.

Para Wulf (2016), o geógrafo Humboldt, um dos precursores da sistematização da Geografia, ao escalar a montanha Chimborazo, no Equador, e ao chegar ao seu topo de mais de 5.486 metros, começa a enxergar o mundo de uma maneira diferente. Ele viu a Terra como um grande organismo vivo e que tudo estava conectado. Dessa forma, para ele, nenhum fator nas ideias entre causa e consequência poderia ser visto de forma separada, tudo está inter-relacionado.

Humboldt, ao fazer suas pesquisas de campo na América do Sul, não estava preocupado em encontrar fatos isolados, mas em estabelecer conexões. Para ele, os fenômenos isolados eram importantes somente se estivessem em relação com o todo (WULF, 2016).

Humboldt parte da perspectiva da globalidade do planeta vista a partir das interações entre as esferas humanas, orgânicas e inorgânicas (MOREIRA, 2012). Assim, a constituição de seu método centra-se na mobilização do princípio de conexão dos fenômenos físico-naturais e humanos, ou seja, tudo está relacionado.

Moreira (2012) também defende o princípio da conexão, pois para ele, o modo de pensar deve-se pautar em uma perspectiva holística. Analisar os fenômenos naturais e sociais de maneira

indissociável, uma vez que o homem transforma a natureza ao mesmo tempo em que ela o transforma.

Para Moreira (2012), Karl Ritter – outro fundador da Geografia moderna, que mesmo com diferenças e aproximações com Humboldt, também entendia os fenômenos geográficos em prática holística. Para o autor, Karl Ritter defendia que o estudo geográfico deve relacionar o homem e a natureza e ver a conexão entre o homem, solo e sua história. Assim como também Jean Brunhes traz a ideia de conexão, que garante unidade aos fenômenos, pois de acordo com Moreira (2015b), Jean Brunhes defendeu o princípio de conexão na perspectiva de que tudo deve ser visto em suas interligações.

Dada a discussão, defende-se a mobilização do princípio de conexão como instrumento simbólico potente que amplia a possibilidade de interpretar as práticas espaciais por meio da análise inter-relacionada dos fenômenos, ou seja, as coisas se conectam uma com as outras, nenhum fenômeno é totalmente isolado.

- **Conceitos da Geografia: elementos estruturantes do pensamento geográfico**

O presente tópico tem como objetivo apresentar conceitos estruturantes da Geografia selecionados metodologicamente na classificação de Moreira (2015a) e indicados para a mobilização do pensamento geográfico dos alunos, como: espaço, território, paisagem, região e lugar.

Feitas as escolhas metodológicas dos conceitos geográficos com base em Moreira (2015a), parte-se para a discussão teórica, que será representada por quatro amostras nos tópicos seguintes.

- **Espaço geográfico: elemento do pensamento geográfico**

A defesa da mobilização de conceitos geográficos como método para o ensino de Geografia é baseada na indicação de Moreira (2015a). Com relação ao método, entende-se, a partir da defesa de Santos (2013), que este é um conjunto de proposições com coerência entre si propostas por autores para o estudo da realidade ou de uma dimensão dela. Para o autor, o método caracteriza-se por ser dinâmico porque sofre mudanças ao longo do tempo em função das escolhas do pesquisador, bem como das transformações do mundo. O próprio autor chega a afirmar que modificou o método dele várias vezes para exemplificar sua argumentação.

A defesa de método para o ensino de Geografia baseada na operacionalização com conceitos e princípios geográficos para interpretação da dimensão espacial da realidade decorre porque,

segundo Moreira (2015a, 2015b), desde os autores clássicos da Geografia, já se operava com base nesses elementos. Sendo que ao longo do tempo tais elementos foram acrescentados, outros entraram em desuso e outros se fortaleceram com os avanços da pesquisa científica.

Com relação ao método geográfico de análise, o espaço geográfico ganha centralidade em virtude de este ser constituído da própria realidade em movimento. Para Santos (2012), o espaço geográfico é uma instância social e objeto da Geografia. Essa ideia do espaço como objeto da Geografia é a mesma que se defende na presente pesquisa.

Santos (2012), para discutir sobre o espaço, cita o exemplo de sua presença em vários utensílios da vida cotidiana, como uma casa, um bule, uma estátua, uma cidade, o espaço de uma nação, o espaço terrestre. Ele menciona, até mesmo, o espaço sideral, mas para o autor, o espaço que interessa à Geografia é o espaço social, contido por múltiplos espaços, como esses citados neste parágrafo.

Para Santos (2012a), o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações mediadas por atributos de funções e de formas que representam testemunho de um processo histórico dotado de tempo passado e presente. Diante dessa relação, mediante a estrutura, função, forma e processo, o autor afirma que o espaço é uma instância social porque ao mesmo tempo em que ele é fruto da produção, do mesmo modo pode condicionar as relações nele realizadas.

Fato esse com que se concorda, pois a organização da sociedade é decorrente da produção, apropriação, reprodução e organização do espaço pelas ações sociais que buscam atender às suas necessidades. Tal produção condiciona novas ações e de outros grupos sociais. Logo, compreende-se que o espaço não é inocente, mas tem um papel ativo no devir da reprodução social, uma vez que ele é uma instância social, dinâmica e aberta às possibilidades. Mas ele tem também papel ativo na produção social.

Nesse debate, Moreira (2021) discute juntamente com vários teóricos da Geografia o espaço geográfico como regulador da sociedade, um ordenador da construção geográfica da sociedade. Segundo o autor, a regulação vem de fora, constitui-se em determinações e, por isso, também pode trazer problemas. Por outro lado, interpreta-se que não é determinismo geográfico, porque o autor insere os elementos que vêm de dentro da dinâmica espacial.

Esse pensar a dialética do exógeno e endógeno é esclarecido por Moreira (2021), quando afirma que o papel das determinações do espaço na sociedade é constituído do movimento da totalidade que se constitui como uma instância da realidade, assim como a política, a economia e a cultura. Compreende-se, assim, que o espaço geográfico tem um papel ativo influenciado na

dimensão espacial da realidade, pois sua configuração pode condicionar a produção, reprodução e organização da sociedade.

Desse modo, entende-se que o espaço é constituído de forças que potencializam ou limitam as possibilidades das práticas espaciais. Um sujeito que vive em um lugar dotado de instrumentos técnicos (materiais) e simbólicos tem a possibilidade ampliada de mediação de suas práticas espaciais mais do que um sujeito que se localiza em um local desprovido desses instrumentos.

O conceito de espaço, para Lefebvre (2006), não é passivo diante da sua configuração. Ele é uma produção por interação ou retroação. Nele, há relação triádica entre o social, o espacial e a prática. Sendo assim, entende-se que o seu movimento na sociedade se dá em dimensões espaciais onde ocorrem as práticas espaciais, e sua compreensão se dá quando se decifra o espaço e seus elementos constituintes.

Santos (2012b) também concorda que o espaço é produzido, e para ele, essa produção é resultado de múltiplas determinações cujas origens situam-se em escalas diferentes do lugar a dimensões internacionais. Assim, pode-se afirmar que não existe somente um fator que influencia na produção do espaço, mas diversos, como a política, a religião, a cultura, a economia, bem como as formas, estruturas e funções dos espaços dentro do movimento local/global nesse meio geográfico – técnico-científico-informacional.

Com relação ao espaço, Massey (2015) defende uma abordagem alternativa da dimensão de espaço aberto, coexistente, inter-relacional. Em primeiro lugar, o espaço como produto de inter-relações, o qual se produz por múltiplas relações do local ao global. Em segundo lugar, o espaço como a esfera da multiplicidade, como uma esfera da pluralidade de existência e de coexistência espacial.

Sendo assim, o espaço é um locus plural de existência, em que coexistem as diferenças nas práticas espaciais. Em terceiro lugar, o espaço é um ente sempre em construção, jamais está acabado, sempre existe o por vir. Isto é, “para que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo” (MASSEY, 2015, p. 32).

Entende-se que ao mesmo tempo em que existem as contradições em eventos geográficos, concomitantemente também haverá as possibilidades de vir a se concretizar, a depender das relações e forças que convergem e divergem em movimento espiral. Sendo assim, defende-se o espaço como um locus de movimentos históricos-geográficos plural, coexistente e aberto ao porvir.

Concorda-se com a defesa de Massey (2015) de que o espaço tem um papel ativo e pensado conjuntamente com o tempo. Essa junção tempo-espaço é o que Silveira (1999) e Santos (2014)

chamam de evento. Dessa forma, os eventos geográficos se dão em relação conexa tanto no tempo (em uma determinada temporalidade) quanto em determinado espaço (onde ocorre).

Entende-se que não existe sociedade a-temporal, ou sociedade a-espacial, uma vez que os eventos ocorrem em determinado tempo e em um determinado lugar. Dessa forma, até mesmo os eventos no ciberespaço, conceito desenvolvido por Lévy (2010), podem ser considerados uma concretização espaço-temporal. Defende-se tal assertiva, pois, conforme Lévy (2010), o ciberespaço se constitui pelas pessoas, infraestrutura material e a circulação de informações.

Diante disso, as temporalidades ocorrem nas conexões entre as pessoas, sejam síncronas ou assíncronas. Já a espacialidade se dá nas operacionalizações das práticas espaciais cibernéticas no ciberespaço, por intermédio dos suportes, *hardware* e *software*, como: computadores, cabos de fibra óptica, rede de *wifi*, etc. Esses, por sua vez, permitem a circulação de informações que saem de um MAC (número de máquina) localizado em determinado lugar dentro do geográfico (exemplo, Brasil, Moçambique) e chegam a outro local (exemplo, Índia, Angola).

A reflexão de Lévy (2010) nos faz pensar sobre o ciberespaço, espaço virtual, que também não foge à condição temporal e nem espacial, principalmente no contexto a partir da pandemia da covid-19, quando se intensificaram mais ainda as relações no ciberespaço (aulas virtuais, uso de aplicativos).

Nesse sentido, pode-se afirmar que mesmo com a inteligência virtual, de alguma forma ela precisará de bases espaciais – sólidas (exemplo, robô, computador, *hardware*, celular) ou quânticas (tentativa simplória de exemplificação, quantidade mínima de energia, campos eletromagnéticos, campos gravitacionais) – para processamento da realidade virtual. Essas bases do ciberespaço, sejam sólidas ou quânticas, apresentam algum ponto onde se espacializa a existência do real-pensado ou da inteligência virtual.

Para Massey (2015), o ciberespaço não aniquila o espaço, pois mesmo em uma ligação telefônica entre as pessoas, ainda que seja instantânea, mantém-se a multiplicidade, porque as unidades do aparelho são diferentes. Dessa forma, liga-se para um número específico, emissor, para outro número, receptor, que processa em linha ou mais de uma linha diferente. Sendo assim, a espacialização é múltipla e pode coexistir entre diferentes processos. Esse diálogo com Lévy (2010) e Massey (2015) é para afirmar a compreensão de que não existem práticas sem a dimensão espacial, até mesmo a realidade virtual com forte presença da sociedade contemporânea também tem a dimensão da espacialidade.

Sposito (2004) contribui com o conceito de espaço geográfico no sentido de que a da sociedade atual está inserida no meio técnico-científico-informacional. Para essa discussão, ele traz os seguintes significados sobre a mobilização desse conceito: uma natureza socializada, elemento estrutural da sociedade, intervém na própria produção, categoria central da existência humana junto com o tempo. A defesa do autor é a de que o conceito de espaço é fundamental para a compreensão da realidade, principalmente na sociedade atual pautada nos avanços tecnológicos, os quais influenciam a produção do espaço e, por conseguinte, a vida das pessoas.

Para Corrêa (2012a), o espaço geográfico é essencial para o presente e o devir da sociedade, pois é o locus de reprodução das relações sociais de produção, isto é, a reprodução geográfica da sociedade. Segundo Santos (1988), para se fazer a análise do espaço geográfico, é essencial considerar suas categorias de análise: forma, função, processo e estrutura.

Para Santos (2014) e Lefebvre (2006), a forma é a parte visível, exterior (uma casa, um bairro, rede urbana); a função, tarefa-atividade desempenhada pelo objeto criado (habitar, vivenciar, lazer – quadra de esporte); processo é uma estrutura em ação contínua e em transformação (organização social e econômica) e a estrutura é o modo como a sociedade está organizada, sob a égide da organização no modo de produção capitalista (a estrutura social de uma cidade, a estrutura social de um parque industrial).

Santos (2014) traz uma importante contribuição para a Geografia quando analisa a ontologia do espaço geográfico como objeto da Geografia. Para ele, a técnica ocupa um lugar central em sua discussão como instrumentos mediadores, pois no meio geográfico atual – técnico-científico-informacional – o fenômeno técnico permite chegar à noção do que seja o espaço geográfico (SANTOS, 2014).

Tal centralidade mediadora dos objetos é reforçada pelo autor quando afirma que “[...] os objetos são duplamente mediadores, porque se colocam entre o homem e a sociedade e entre o homem e sua situação material” (SANTOS, 2014, p. 96). Concorde-se com a perspectiva do autor sobre a relevância da técnica como mediadora da produção e reprodução do espaço geográfico, principalmente no mundo contemporâneo. Isso porque se defende que a mediação com o mundo se dá por instrumentos materiais (machado, trator) e simbólicos (símbolos, conceitos).

Embora o foco seja os instrumentos simbólicos, a aprendizagem, não se pode negligenciar os instrumentos materiais, principalmente hoje, no meio técnico-científico-informacional, em que os objetos técnicos representam a base da globalização contemporânea influenciadora das práticas espaciais cotidianas.

Dada a preocupação de Santos (2014) com o objeto da Geografia, o espaço. Ele defende que o espaço é a junção indissociável de sistema de objetos e de sistemas de ações, como os objetos como produto da elaboração social, a herança natural e seu resultado das ações humanas objetivadas. Já o sistema de ações, compreende-se como práticas espaciais, pois não existe ato humano que não tenha dimensão espacial-temporal. Para Santos (2014), os sistemas de ações significam um conjunto de propósitos com os quais os agentes mudam as coisas e mudam a si mesmo.

Nas ações, a intenção é um componente central, uma vez que seus praticantes agem com fim determinado para satisfazer motivos, seja para interesses individuais ou da coletividade. Tais ações sociais podem ser planejadas por determinados grupos e postos em prática por outros atuantes. Assim, percebe-se que o movimento das ações é dialético, que dá o caráter das práticas espaciais na produção e organização do espaço geográfico da sociedade.

Dada a discussão teórica, compreende-se que o conceito de espaço geográfico, ao mesmo tempo em que é o objeto da Geografia, constitui-se como um instrumento simbólico potente para a análise, interpretação e atuação frente às práticas espaciais de forma crítico-reflexiva. Sendo a mobilização desse conceito importante para a compreensão dos fenômenos espaciais com o significado de constituir-se como um conjunto híbrido de sistemas de objetos (materiais-simbólicos) e sistemas de ações (práticas espaciais).

- **Território geográfico: elemento do pensamento geográfico**

Território é um conjunto de ações dos atores sociais, os quais mantêm relações de poder junto ao espaço geográfico, e traz o sentido de apropriação. Dessa forma, os humanos constroem sua territorialidade espacialmente em locais que circundam. Nessa construção, o espaço geográfico tem um papel importante, uma vez que ele é anterior ao território, sendo produzido pela ação de atores no substrato espacial (RAFFESTIN, 1993).

Território, portanto, é um conjunto de sistemas naturais e de sistemas de objetos criados e apropriados historicamente pelos humanos. Ele contempla o concreto (aspectos sistemas naturais) mais a população, que envolve elementos, como identidade, sentimento, interpretação de mundo, escolhas. Assim, ele se estabelece por vários elementos, como trabalho, trocas materiais e espirituais, bem como por resistências (SANTOS, 2015). Logo, trata-se de um território usado pela população que está assentada em uma base físico-natural.

Santos (2015) traz uma importante reflexão sobre o território e o dinheiro, pois, com a ampliação do comércio, cria-se uma interdependência entre as sociedades até então isoladas. Diante

disso, o dinheiro instala-se como uma condição/mediação entre escambo, produção e de regulação da vida econômica. Assim, os territórios têm se apresentado como arenas de movimentos fundadas em uma lei do valor, na qual o dinheiro passa cada vez mais a ser um invasor da vida social, econômica e cultural.

Concorda-se que nas condições atuais, as finanças globais – gestadas por parâmetros de governos, empresas e organismos internacionais operados por meio do dinheiro – são verdadeiras invasoras dos territórios, os quais precisam angariar forças para resistir e até mesmo coexistir diante do cenário de violência contra os corpos, almas e mentes.

Para além dessas racionalidades verticais no território, existem as horizontalidades, que são compostas por áreas contínuas. As horizontalidades estão presentes dentro do banal (ações cotidianas) além do aspecto econômico. No espaço banal, todos os atores são colocados juntos, sejam eles os atores verticais ou horizontais. As horizontalidades permitem outras racionalidades, denominadas de irracionalidade, ou seja, a contra-razionalidade. Assim, as horizontalidades e os seus atores não hegemônicos coexistem nos territórios em que podem construir modos de regulação a partir do próprio território (SANTOS, 2015).

Haesbaert (2014) concebe território como um dos elementos da constelação dos conceitos em que o espaço geográfico seja central e que ao seu redor circundam os outros conceitos, como território. Assim, o espaço geográfico configura-se enquanto relação sociedade/natureza e o território é um olhar sobre o espaço com foco na dimensão das relações de poder.

É perceptível a relação entre o território e a dimensão de poder – apropriação e uso do espaço pelos sujeitos, na concepção de Haesbaert (2014). Para ele, qualquer acepção está relacionada a poder, não só a poder político. O território está relacionado ao poder explícito-funcional, de dominação, e ao implícito, simbólico, de apropriação. Logo, Haesbaert (2014) compreende o conceito de território para além da dominação econômica e política, pois inclui também outras dimensões, como a cultural-simbólica.

Entende-se que, seja qual for o território, ele aparece em forma de amálgama de apropriação funcional ou simbólica. O funcional diz respeito aos seus recursos (naturais, criações humanas) e o simbólico diz respeito a processos de apropriação de identidades, abrigo, lar, conhecimentos e segurança afetiva. Já Haesbaert (2014) considera que o conceito de território é um instrumento de análise para se compreender a relação geográfica sociedade/natureza.

Desse modo, compreende-se que o território é constituído por um conjunto de ações sociais na dinâmica espacial, por meio da relação de poder na apropriação e produção do espaço geográfico.

Assim, defende-se como um instrumento simbólico que pode ser mobilizado pelos sujeitos, entre esses, os jovens escolares, para fazerem análises e atuarem frente às práticas espaciais.

- **Paisagem geográfica: elemento estruturante do pensamento geográfico**

Na perspectiva de Santos (2012b), a paisagem geográfica é formada por dois elementos: primeiro, de objetos naturais, os quais não foram produzidos pela sociedade; e segundo, os objetos sociais, que são fruto do trabalho humano, tanto no passado como no presente. Sendo assim, para o autor, podem ser citados como exemplos de paisagens: uma região produtora de café, de trigo, de algodão, um centro de negócios, as diferentes periferias. O traço comum de todas essas formas de paisagem é a combinação de elementos naturais produzidos como resultado de acumulação de ações gerais.

A acumulação das formas das ações que constituem a paisagem não é fixa, ela pode mudar em decorrência de novas necessidades e interesses dos atores sociais. Assim, a cada mudança da sociedade, a economia e as relações sociais mudam. Com o espaço e a paisagem não é diferente, mudam-se também para atender às novas demandas da sociedade. Essas mudanças deixam marcas, as quais representam as formas de diferentes momentos de desenvolvimento de uma sociedade expressa na paisagem (SANTOS, 2012b).

Em outro trabalho, Santos (2014) entende a paisagem geográfica como um conjunto de formas em determinado momento que expressam as heranças das sucessões de relações entre sociedade-natureza. Essas relações caracterizam uma determinada área, uma paisagem geográfica. A paisagem é multitemporal, pois reúne momentos do passado e do presente nos quais promove sua construção transversal.

Assim, cada paisagem geográfica tem sua forma-conteúdo dotada de conteúdo técnico específico (SANTOS, 2014). Em concordância com o autor, entende-se que as formas são o conjunto de objetos reais concretos que passam a ter funções que representam o conteúdo, por isso a paisagem geográfica compõe-se da indissociabilidade da forma-conteúdo. Concorda-se com o autor que a paisagem é um poderoso instrumento de trabalho, um instrumento simbólico, pois ela apresenta forma-conteúdo de momentos históricos distintos, que podem ser compreendidos abstratamente com a coexistência dos momentos atuais.

Segundo Moreira (2012), a paisagem é um ponto de partida para as projeções geográficas da sociedade, que por meio da apropriação desse conceito pode-se permitir a compreensão dos fenômenos em sua totalidade. Para Souza (2015), a paisagem geográfica é uma forma que configura

uma aparência de determinado espaço geográfico. Assim, para o autor, é necessário assumir que ela tem um conteúdo fortemente visual que pode estar em conformidade ou em contradição com o que se observa. Em concordância com Souza (2015) entende-se que a paisagem pode ocultar a essência dos fenômenos. Assim, mobilizar o conceito de paisagem possibilita fazer a análise das aparências para se chegar aos conteúdos.

Souza (2015) reforça que o conceito de paisagem é uma potencialidade para integrar ou contestar a reprodução do poder político. Outra potencialidade é examinar como a paisagem pode condicionar as nossas operações mentais diante das práticas espaciais. Essa potencialidade ocorre pela percepção em relação entre o mental (interior) e a representação (exterior) (SOUZA, 2015). Concorda-se com o autor quanto a isso, pois o conceito de paisagem geográfica é potente para operar intelectualmente a fim de interpretar a dimensão da espacialidade da realidade.

Dessa forma, compreende-se que a mobilização do conceito de paisagem geográfica é necessária para se fazer análise geográfica à luz do estabelecimento de relações entre forma e conteúdo e da aparência a fim de se alcançar a essência do aparente aos olhos do observador. Assim, entende-se que mobilizar o conceito de paisagem geográfica potencializa a interpretação das formas-conteúdos das práticas espaciais. Por isso, defende-se a mobilização do conceito de paisagem como instrumento simbólico para a interpretação da forma-conteúdo das práticas espaciais de modo crítico-reflexivo.

- **O lugar geográfico: elemento estruturante do pensamento geográfico**

Segundo Haesbaert (2014), o lugar é também mais um instrumento de análise que compreende a constelação de conceitos geográficos. O lugar é um conjunto de materiais produzidos nas relações sociais e imateriais que são os vínculos relacionados à dimensão subjetiva, na qual se dá sentido a um lugar. Mais do que uma coisa material e imaterial, o lugar é uma forma de interpretação do mundo, instrumento do pensamento geográfico.

Para Haesbaert (2014), o lugar assume ao mesmo tempo uma forma de significação e de experimentação concreta (o vivido). Dessa relação material e imaterial, o conceito de lugar aproxima-se muito da concepção de construção de uma identidade com o espaço vivido pelos sujeitos. Ideia essa que é tratada por Santos (2014) por espaço banal, o espaço da coexistência de todos. Em consonância com os autores, é no lugar onde os sujeitos se relacionam com o mundo e o mundo se relaciona com os sujeitos.

O lugar é um conceito importante, pois a globalização atual se concretiza nele. Para Massey (2015), o lugar é a esfera do cotidiano que se estabelece na diversidade de significados. Sendo vital como fonte de apoio para os sujeitos. Além de ser o locus da multiplicidade de histórias coexistentes em sua espacialidade, também é um produto de interseções que constituem os cenários mais amplos.

Para Massey (2015), os lugares são pontos ou áreas integradas como eventualidade espaço-tempo. Assim, um lugar também é dinâmico, pois se constitui de eventos marcados por tempos e espacialidades. Ele tem um papel importante de resistência diante do atual cenário global. Para Santos (2015), há uma pretensão de se instalar um cidadão do mundo, mas, na verdade, o mundo da forma como é posto, apesar de se reconhecer suas forças de interferências, não tem como regular totalmente todos os lugares.

Com isso, a ideia de cidadão do mundo torna-se uma promessa, uma possibilidade. Até porque os atores hegemônicos globais promovem ações para atender a suas intencionalidades dentro da lógica operante da competitividade do capitalismo. Assim como acontece no Brasil, Santos (2020) afirma que a formação das elites brasileiras preza pelo individualismo na lógica do consumismo, regulado pelo estímulo ao egoísmo e pela competitividade para a ascensão social de uma minoria em detrimento da formação da cidadania cívica que emancipe os sujeitos.

Em concordância com Santos (2015), o lugar reúne ao mesmo tempo vetores dos atores hegemônicos da globalização, os quais tentam imputar ordens. Por outro lado, nele se produz resistência, contrária às ordens da ordem da escala global. Sendo assim, percebe-se a coexistência de ações de todos os atores sociais dentro do espaço banal, tanto de maneira das verticalidades como das horizontalidades.

Santos (2015) reforça ainda mais o poder do lugar quando diz que ele não é apenas um quadro inerte na dinâmica do espaço, mas, vai além disso. O lugar é um espaço vivido com experiências renovadas onde nele se pode fazer indagações sobre o seu passado, presente e o futuro que poderá vir a ser. Dessa forma, entende-se que o lugar exerce um papel revelador sobre o mundo, pois os pontos das verticalidades e das horizontalidades revelam muito sobre o mundo no meio geográfico, hoje, no meio técnico-científico-informacional.

Concorda-se com Santos (2014) quando ele afirma que o lugar é uma combinação de vetores. Sendo assim, compreende-se a mobilização do conceito de lugar na perspectiva da totalidade em movimento, pois as forças locais sofrem interferências de outras partes, sejam elas regionais, nacionais ou globais. O lugar, em virtude da possibilidade de construção imediata, espontânea, é

considerado por Santos (2014) como a sede da resistência, da possibilidade de construção de outra globalização que seja justa para todos.

Santos (2014) afirma ainda que o lugar é o locus do cotidiano compartilhado entre muitas pessoas, firmas e instituições. Por esse compartilhamento em comum, ele reúne situações de conflitos e de ações condicionadas que impõem interferências locais. Por outro lado, apresentam-se cooperações, paixões e criatividade. Dessa forma, entende-se que o conceito de lugar mobilizado deve levar em consideração essas heterogeneidades e que as práticas espaciais que ocorrem podem ser cooperativas e criativas em construir alternativas dignas de vida. Assim, acredita-se que a tomada de consciência e a busca de negociação democrática podem ser alternativas para uma outra globalização.

No meio geográfico contemporâneo, os lugares fazem parte da dinâmica global, sendo selecionados para fazer parte de alguns projetos e excluídos em outros. Entende-se que a própria exclusão faz parte da dinâmica da globalização contemporânea, ancorada no motor único da mais-valia universal. A seletividade é um princípio mobilizado para a realização dos projetos dos atores hegemônicos naquele lugar e não em outro em virtude das condições locais favoráveis à reprodução da lógica operante dos interesses desses grupos sociais.

Moreira (2012) concebe o lugar como nexos estruturante junto ao espaço, constituído de horizontalidades e verticalidades dentro do contexto da rede das relações globais. Nesse sentido, Santos (2013) afirma que a relação entre as horizontalidades e as verticalidades formam uma tensão entre os espaços dos homens lentos (onde chegam as informações) e os espaços dos homens rápidos (os informatizados).

Entende-se o conceito de lugar como local integrado de eventos tempo-espaciais na dinâmica das práticas espaciais cotidianas, mediadas por instrumentos materiais-simbólicos. Nele, é onde ocorre a experimentação do vivido, que se viabiliza por relação objetivas-subjetivas na relação socioespacial. Além disso, o lugar é o ponto das interseções das relações escalares entre o local-global, bem como um espaço banal da multiplicidade da coexistências de histórias e forças de atuação, seja dos atores hegemônicos ou não hegemônicas. Essa sua constituição múltipla e coexistente de histórias e forças lhe permite ser aberto ao porvir (novas histórias, relações e configurações geográficas). Por isso, defende-se esse conceito como um instrumento simbólico potente para que os sujeitos possam mobilizá-lo para compreender as práticas espaciais cotidianas.

Dada a pesquisa bibliográfica, defende-se a mobilização dos elementos do pensamento geográfico como instrumentos simbólicos potentes para interpretar as práticas espaciais de forma crítico-reflexiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia enquanto componente curricular do Ensino Médio contribui para a aquisição e mobilização dos elementos do pensamento geográfico pelos estudantes que possibilitam instrumentalizá-los intelectualmente. Sendo assim, os conceitos e princípios geográficos são elementos simbólicos potentes que orientam o desenvolvimento e a mobilização do pensamento geográfico dos escolares na educação Básica

Na presente pesquisa buscou-se de modo específico discutir indicadores teóricos peculiares de cada elemento. Mas é importante frisar-se que o aluno não pensa somente com um princípio ou somente com um conceito, uma vez que um elemento pode desdobrar-se em um movimento sistêmico em redes conceituais, que é dialético e funciona em espiral, cheio de idas e vindas. Em outras palavras, o desenvolvimento e a mobilização do pensamento geográfico não é uma linha reta, tampouco existe uma hegemonia de um único elemento, eles se complementam.

Sendo assim, entende-se que ao estimular os alunos a pensar geograficamente, pode-se promover o desdobramento sistêmico em redes conceituais que propiciaram diversos processos cognitivos operados com esses elementos do pensamento geográfico, entre outros. Essa operacionalização do pensamento geográfico em redes de sistemas conceituais pode ser constatada à medida que se mobiliza princípios lógicos, propicia-se a operação intelectual com outros princípios quanto com outros conceitos geográficos.

Quanto à mobilização dos princípios lógicos, podem propiciar o desdobramento de diversos processos cognitivos, como:

- Localização geográfica: identificar objetos espacialmente; entender contradições nas localizações geográficas; observação da diversidade espacial; entender a influência da localização na qualidade de vida das pessoas; entender a força da localização geográfica sobre os fenômenos espaciais; identificar a localização de objetos como tecnologias, entre outros;
- Escala geográfica: compreender que a escala geográfica pode ser subdividida em regional, estadual, nacional e global; estabelecimento de relação entre escala local e

global; entender que os fenômenos geográficos podem acontecer em porções espaciais, entre outros;

- Conexão geográfica: entendimento de que tudo deve ser visto em suas interligações; estabelecimento de relações entre produção de perversidade relacionadas à globalização e seus impactos geográficos; conexão ao indicar a distribuição de recursos e a produção de outra globalização, entre outros;

Já em relação à mobilização dos conceitos geográficos podem desdobrar-se em processos cognitivos também diversos, a saber:

- Espaço geográfico: entendimento dos fenômenos espaciais dentro da totalidade em movimento; apreensão do espaço vivido, percebido, concebido; compreensão de produção mediada (objetos) do espaço geográfico, entre outros;
- Território geográfico: entendimento de que as ações intencionais podem promover mudanças; entender a dimensão política das práticas espaciais; a apropriação de instrumentos técnicos tem poder para mediar a transformação social, entre outros;
- Paisagem geográfica: entender que as formas são construídas, mutáveis e alteráveis; percepção visual das contradições e possibilidades; percepções de ações de conscientização geográfica, entre outros;
- Lugar geográfico: entendimento das diversidades locais; interpretação de que as ações da dinâmica da globalização afetam os sujeitos desde os seus lugares de moradia; entendimento de possibilidades de alternativas de outra globalização pelo lugar por meio da apropriação dos instrumentos técnicos, entre outros processos cognitivos propiciados pela atividade intelectual do pensamento geográfico.

Portanto, os conceitos e princípios lógicos são elementos estruturantes do pensamento geográfico e essenciais para a análise geográfica da organização geográfica da sociedade. Por isso, indica-se que o professor na Educação Básica possa mediar o estímulo à mobilização desses elementos do pensamento geográfico porque instrumentaliza simbolicamente os sujeitos a interpretarem a dimensão espacial da realidade de forma crítico-reflexiva.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 15^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012. p. 117-140.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia Escolar e a busca de abordagens teórico/práticas para realizar sua relevância social. *In*: SILVA, Eunice Isaias da; PIRES, Lucineide (Org.). **Desafios da didática de Geografia**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2013b. p. 45- 68.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 18. ed. Campinas-SP: Papirus Editora, 2013a.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. O trabalho do professor de geografia e tensões entre demandas da formação e do cotidiano escolar. *In*: ASCENÇÃO, Valéria R. de O. *et al.* (Orgs). **Conhecimentos da geografia: percursos de formação docente e práticas na educação básica**. Belo Horizonte: IGC, 2017. p. 100-123.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Pensar pela Geografia: o ensino e a relevância social**. Goiânia: C&A Alfa, 2019.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Contribuições do pensamento geográfico para o ensino e a pesquisa. *In*: PINHEIRO, Antônio Carlos Pinheiro; ALMEIDA, David Luiz Rodrigues de (organizadores). **Contribuições do pensamento geográfico para o ensino e a pesquisa**. Goiânia: C & A Alfa Comunicação, 2021. p. 16-27. Disponível em: <https://editoraalfa.com.br/pages/e-books>. Acesso em: 17 jan. 2022.
- CLAVAL, Paul. **A terra dos homens**. Tradução Domitila Madureira. 1. ed. 2^a impressão. São Paulo: Contexto, 2015.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**. v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12795/8363>. Acesso em: 20 set. 2021.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 15^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012a. p. 15-47.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Revista Cidades**. v. 9, n. 16, 2012b. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12033/7730>. Acesso em: 6 out. 2021.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergências e organização. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 141-164.

GOMES, Paulo César da Costa. **Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*). 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2006.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MARTINS, Elvio Rodrigues. O pensamento geográfico é Geografia em pensamento? **GEOgraphia**. Rio de Janeiro. v. 18, n. 37, p. 61-79, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13758/8958>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Trad. Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MOREIRA, Ruy. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 15-32, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13397/8597>. Acesso em: 1º set. 2021.

MOREIRA, Ruy. Categorias, conceitos e princípios lógicos para (o ensino e o método de) uma geografia dialeticamente pensada. *In*: VALE, José Misael Ferreira do *et al.* **Escola pública e sociedade**. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 194-203.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015a.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes originárias**. São Paulo: contexto, 2015b.

MOREIRA, Ruy. Uma ciência das práticas e saberes espaciais. **Rev. Tamoios**. São Gonçalo. ano 13, n. 2, p. 26-43, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/30458>. Acesso em: 2 abr. 2022.

MOREIRA, Ruy. **Espaço, corpo do tempo: a construção geográfica da sociedade.** Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes de renovação.** v. 2. 2. ed. São Paulo, 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012a.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** 6.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012b.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** 4ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território.** v. 6, n. 6, 1999. p. 21-28. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:B4ojhyqrMaIJ:https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php%3Fid%3D3181184+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. acesso em : 13 maio 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: Editora Unesp, 2004.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 3-20.

WULF, Andrea. **A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander Von Humboldt.** Trad. Renato Marques. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2016.